

A ATUALIDADE DA LUTA CAMPONESA NA MESORREGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ

Fábio Luiz Zeneratti¹

Resumo: A proposta deste trabalho é analisar os conflitos que emanam da apropriação territorial no estado do Paraná. Para tanto, parte do estudo das fontes teóricas que se ocupam sobre a temática, concomitante a isso, analisa a territorialização da luta pela terra na mesorregião Noroeste do estado a partir dos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Contudo, o principal fundamento empírico assenta-se sobre as estratégias de luta desenvolvidas pelos camponeses do Assentamento Rural Coletivo Santa Maria para conquistar a terra de trabalho, estas estratégias possibilitaram a territorialização desses sujeitos em luta e a sua integração com a população local.

Palavras-chave: assentamento; camponeses; movimentos sociais; reforma agrária.

THE NEWS FROM THE STRUGGLE IN PEASANT MESOREGION NORTHWEST STATE OF PARANÁ

Abstract: In this work we analyze the conflicts that emanate from the territorial appropriation in the state of Paraná. For both, part to study of theoretical sources dealing on the theme, concomitant to this, we analyze the territorialization of the struggle for land in the middle region northwest of the state from the data of the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA). However, the main empirical foundation rests on the coping strategies developed by the peasants of Rural Settlement Collective Santa Maria to conquer the land of work, these strategies enabled the territorialisation of these individuals in struggle and their integration with the local population.

Keywords: settlement; peasants; social movements; agrarian reform.

INTRODUÇÃO

A utilização da terra no Brasil expressa uma lógica de apropriação territorial excludente e concentracionista, os dados do último censo agropecuário realizado em 2006 confirmam isso, uma vez que 47,86% dos estabelecimentos agropecuários têm menos de 10 hectares e ocupam uma área de apenas 2,36% do total da área dos estabelecimentos, já os estabelecimentos a partir de 1.000 hectares ocupam uma

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). fabio.zeneratti@hotmail.com
Estudos Geográficos, Rio Claro, 12(2): 126-144, jul./dez. 2014 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

área de 44,42% do total, mesmo representando apenas 0,91% dos estabelecimentos (IBGE, 2006).

Esta estrutura contribuiu, em parte, para que haja no país uma gama de camponeses sem terra, porém, que buscam seu lugar como sujeitos sociais que mantêm uma relação indissociável com a posse territorial. Portanto, a trajetória do campesinato brasileiro é marcada pela luta contra o latifúndio, para tanto se organizaram, exemplo disso é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que se tornou referência na luta pela terra, embora devemos ressaltar que ele não é, e não foi na história desse país, o único movimento social a lutar no campo, porém, especializou-se e territorializou-se como nem um outro havia feito, como assevera Fernandes (1996).

A receita da disputa territorial é complexa, apresenta-se como a mais evidente expressão da luta de classes, de um lado são os camponeses buscando a terra de trabalho, de outro, são os latifundiários adquirindo terras apenas para fins de reserva patrimonial, sem qualquer preocupação em cumprir o dispositivo constitucional que prevê a função social da terra. Neste cenário, a reforma agrária assume relevância e com ela os assentamentos rurais.

Para os camponeses os assentamentos são frações do território conquistado, significam o término de uma das etapas mais árduas no processo de territorialização camponesa, entretanto depois de vencida, abre caminho para um novo desafio: produzir e viver, ou seja, inicia-se a luta na terra. Portanto, desenvolvem estratégias para superar as dificuldades impostas pelas relações capitalistas que tendem a sufocá-los, entre elas destacamos o cooperativismo camponês, em especial o desenvolvido nos assentamentos rurais coletivos, nos quais a terra e os meios de produção são de posse coletiva. Este modelo de assentamento, embora quantitativamente não tenham se reproduzido na mesma medida das aspirações do Movimento, qualitativamente apresentam resultados socioeconômicos importantes, evidentemente em meio a muitas dificuldades, e o abordado neste trabalho é exemplo disso.

Os dados, relatos e experiências aqui utilizados foram coletados por meio de entrevistas aplicadas durante trabalhos de campo e fazem parte de uma pesquisa de mestrado em Geografia, a qual teve como recorte espacial o Assentamento Rural Coletivo Santa Maria, organizado em cooperativa – Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI) – localizado no município de Paranacity/PR. Entretanto, como o processo de construção do território é simultaneamente construção, destruição, manutenção e transformação, como destacou Oliveira (1995), não é possível compreender a dinâmica socioterritorial da COPAVI sem atrelá-la ao desenvolvimento da mesorregião Noroeste do Paraná, pois os desdobramentos nesta escala contribuíram para os desdobramentos na escala local.

Embora os assentados tenham autorizado à reprodução de suas falas e de seus nomes, optamos por mantê-los no semianonimato por acreditarmos que o conteúdo poderia de alguma forma expor os entrevistados, eis a razão pela qual utilizamos apenas as iniciais de seus nomes para identificar as falas reproduzidas no trabalho.

O quadro social da COPAVI é composto atualmente por 22 famílias (66 pessoas), das quais 13 foram entrevistadas. A produção do assentamento é coletiva e basicamente organizada por setores, como podemos observar no artigo primeiro do Estatuto da Cooperativa: “todo o trabalho na cooperativa é coletivo, se caracterizando pela distribuição das atividades em setores de produção, onde cada sócio possui uma atividade específica” (COPAVI, 2009).

Cada setor é responsável por uma determinada atividade, o setor de moradia envolve as casas da agrovila, o setor de cozinha faz as refeições diárias, o setor de padaria produz pães e outros produtos, o setor de laticínio envolve todo o processo leiteiro, o setor de horta produz diversos alimentos, o setor canavieiro é responsável pelo cultivo e processamento dos derivados da cana de açúcar, por fim, o setor de comércio que faz a venda da produção.

A cooperativa, por extensão o assentamento, afinal neste caso não há como trata-los separadamente, apresenta um padrão estrutural que atende adequadamente os assentados, dispendo de 22 casas de alvenaria com cerca de 90m² de área construída cada uma, com água encana, energia elétrica, quintais amplos e floridos. Há apenas duas casas no assentamento que apresentam problemas estruturais, como rachaduras nas paredes e telhados danificados, porém, já estão em fase de construção novas residências, com o objetivo de desativar estas duas em condições precárias de uso.

Do ponto de vista produtivo a cooperativa dispõe de uma gama considerável de máquinas e equipamentos, como tratores (03), motocicleta (01), Kombi (01), tratores adaptados para o trabalho na cana, conhecidos como moto-cana (02), caminhões (02) e micro-ônibus (01).

As atividades produtivas de maior relevância são a canavieira e a láctea, sendo a canavieira a principal fonte de matéria-prima para a agroindústria, atualmente está produzindo açúcar mascavo, cachaça e melado. Esta atividade representa a maior parte da renda monetária da cooperativa e ocupa uma área de 80 hectares. Já o setor lácteo, que é o segundo na escala de produção e rendimento monetário da cooperativa, sendo que tal atividade demanda 60 hectares de pastagem, onde são criadas 200 cabeças de gado. Atualmente há 62 vacas em lactação, cuja produção se destina para diversos fins, como a produção de queijo, leite pasteurizado, iogurte e doce de leite.

A produção da cooperativa é destinada a comercialização, porém, sem desprezar o autoconsumo, portanto são produzidos alimentos como feijão, hortaliças, mandioca, frutas variadas, além dos produtos oriundos do setor lácteo, como o leite e o queijo, e do setor canavieiro, como o açúcar mascavo. Portanto, a produção assenta-se na policultura, ou seja, inserção no mercado sem deixar de produzir para o abastecimento interno.

Os assentados entrevistados acreditam que a estrutura da cooperativa é capaz de proporcionar segurança aos cooperados, sobretudo, segurança alimentar, confirmado pelo trabalho de campo. Ademais, as famílias assentadas têm acesso a diversos bens duráveis como: televisão, aparelhos de celular, máquina de lavar roupas e geladeira, presentes em todas as famílias entrevistadas, além do automóvel presente em quatro famílias das 13 entrevistadas. O percentual alto de famílias com acesso a estes bens mostra a atual condição econômica da cooperativa, que a partir da obtenção de recursos monetários possibilita que os cooperados realizem investimentos em equipamentos e bens que tragam melhores condições de vida às famílias.

Devemos contextualizar que o campesinato do século XXI faz parte de um novo momento histórico, ou seja, ele está inserido em uma ordem econômica, social e tecnológica diferente dos camponeses dos séculos anteriores, na medida em que os bens almejados são inerentes ao seu período histórico. Partindo deste ponto, as melhorias nas condições de vida a que Chayanov (1974) se referia, passa agora por bens que proporcionam conforto, lazer e acesso a informação. Como o carro, por exemplo, que possibilita visitar um parente distante ou se deslocar até a cidade para

participar de festas regionais; o forno de micro-ondas que traz rapidez e comodidade no preparo dos alimentos; e o celular, que mantém as pessoas acessíveis, inclusive em algumas casas entrevistadas há mais de um aparelho.

Arauto do seu tempo Chayanov (1974) diferenciou a modalidade de acumulação capitalista da camponesa, em linhas gerais, na primeira o fundamento é a extração da mais-valia, situação totalmente diversa da segunda, que possui a família como centro da unidade de produção. Esta análise ainda prevalece intacta, sobretudo, imbuída da ideia de que a acumulação camponesa retorna à família na forma de melhorias nas condições de vida, porém, os elementos, ou objetos, que proporcionam estas melhorias se modificaram drasticamente com as constantes inovações tecnológicas. Isso certamente se materializa na compra de bens como geladeira, freezer, máquina de lavar roupas, televisão, bens que proporcionam conforto as famílias assentadas na cooperativa.

A soma dos esforços para viabilizar a proposta cooperativa, a qual depende a manutenção do assentamento, põe em evidência a inserção contraditória dos camponeses no mercado, caracterizada pela apropriação voraz da renda da terra pelo capital. No caso em questão isso não aconteceu, pois o cooperativismo evitou que parte da renda camponesa fosse apropriada pelo capital comercial ou industrial, sobretudo por produzir, industrializar e comercializar os produtos camponeses, eliminando a figura do intermediário, aliás, este é um dos papéis fundamentais do cooperativismo, como destacou Rech (2000). Atuando desta forma os assentados garantem a necessária entrada de recursos, sem a qual o projeto não se viabilizaria.

Entretanto, não é objetivo deste trabalho adentrar na temática do cooperativismo nos assentamentos e seus desdobramentos para a recriação camponesa, antes pretendemos apenas demonstrar as estratégias camponesas para conquistar a terra de trabalho. No Assentamento Rural Coletivo Santa Maria a luta pela terra significou também a luta para permanecer nela, isso foi além da produção, pois a aceitação da comunidade local era uma condição para permanecer e construir uma nova vida, como muitos demonstraram em seus relatos.

A LUTA PELA TERRA NO PARANÁ: A ATUALIDADE DOS CONFLITOS NA MESORREGIÃO NOROESTE

Antes de nos debruçarmos sobre o caso do Assentamento Rural Coletivo Santa Maria é necessário entendermos, no tempo e no espaço, as dinâmicas socioterritoriais que invariavelmente condicionam e influenciam a luta camponesa paranaense, afinal nosso recorte espacial mais imediato mantém relação indissociável com a formação territorial da mesorregião Noroeste.

O Paraná mesmo inserido no cenário concentracionista nacional, ainda se mantém entre os estados brasileiros com menor índice de concentração fundiária. Na tabela 01 trazemos os dados referentes a estrutura fundiária do estado segundo os dados do último censo agropecuário, realizado em 2006. Podemos observar que 92,7% dos estabelecimentos possuem uma área menor que 100 hectares, já o estrato dos estabelecimentos com área superior a 1.000 hectares, embora sejam apenas 0,3% dos estabelecimentos, representam uma área de 19,4% do total.

Tabela 01 – Estrutura fundiária do Paraná

ESTRATOS DE ÁREA (HA)	1995/96		2006	
	Estabelecimentos (%)	Área (%)	Estabelecimentos (%)	Área (%)
Até 10	40,7	4,8	45,7	4,8
10 a 100	51,0	35,6	47,0	31,3
100 a 1.000	8,0	45,2	7,0	44,6
Acima de 1.000	0,3	14,4	0,3	19,3
Total	100	100	100	100

Fonte: PAULINO (2011, p. 115).

Paulino (2011) ao fazer uma comparação do estado com a média nacional do Índice de Gini, afirma que o Paraná está em situação privilegiada em face da realidade nacional, resultado da monopolização fundiária ainda em curso no Brasil.

Entretanto, isso não permite concluir que no Paraná exista uma justa distribuição fundiária, longe disso, pois os 45,7% dos estabelecimentos de até 10 hectares ocupam apenas 4,8% da área do estado. O diferencial é a menor presença dos estabelecimentos com área superior a 1.000 hectares, uma vez que no Brasil os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares concentram 44,42% das terras, mesmo representando apenas 0,9% do número de estabelecimentos.

O índice de Gini, que é utilizado para calcular o nível de concentração, mostra que no Paraná houve certa concentração fundiária entre os anos de 1985 e 2006, pois o índice passou de 0,749 para 0,770, porém, ainda abaixo da média nacional que, embora tenha apresentado pequena queda, passando de 0,857 para 0,854, se mantém alta (nesta escala 1 representa concentração absoluta) (PAULINO, 2011, p. 114).

É importante lembrarmos que estes dados além de revelarem a distribuição desigual do acesso a terra, também estão em contradição com um Estado Nacional que desde os governos militares propõem projetos voltados à reforma agrária. O que em última instância não sinaliza nada de novidade, antes vai de encontro à ineficácia histórica dos projetos de reforma agrária que são criados sem a intenção política de serem implantados, ademais são projetos de classe que não privilegiam os sujeitos do campo, antes defendem a hegemonia da burguesia e dos proprietários de terras. Portanto, a reforma agrária neste país caminha a reboque da pressão exercida pelos movimentos sociais, que produzem espaços e territórios a partir da luta contra o latifúndio, inseridos num contexto de luta de classes.

Portanto, no território o papel dos movimentos sociais é de extrema relevância na empreitada contra o latifúndio, representam a organização dos camponeses, que já se tornou uma luta histórica, mas que somente a partir da década de 1980 foi paulatinamente ganhando expressão. No Paraná, assim como em outros estados, várias frentes de conflitos eclodiram após este período, em sua grande maioria, planejadas e com características definidas, como as ocupações de terras e de prédios públicos.

Os movimentos dos atingidos pela barragem de Usina Hidroelétrica de Itaipu, na região Oeste do estado do Paraná, foi uma das expressões da organização dos trabalhadores, com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) reivindicavam a justa indenização das terras desapropriadas.

Foram montados acampamentos onde, diariamente, eram realizadas assembleias. Com isso, o ganho maior foi o crescimento político e

social e a coragem de reivindicar direitos. A experiência das lutas de Itaipu foi à base para o surgimento de um forte movimento de agricultores sem terra no Oeste, em 1981: o MASTRO (FABRINI; ROSS; MARQUES, 2007, p. 37).

A formação destes movimentos sociais foi importante para a organização dos camponeses, pois a partir desses espaços políticos foi possível amadurecer o entendimento coletivo do processo de luta pela terra, construindo os sustentáculos político-sociais para posteriormente nascer o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O MST nasceu num momento de enfrentamento e resistência ao modelo de desenvolvimento agropecuário que o Brasil adotava, sobretudo, o caminho traçado pelo regime militar. Para Fernandes (1996, p. 66) “esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo”. O Movimento nasce com uma proposta clara de atuação, pressionar o governo via ocupação de terra a fim de promover a reforma agrária, como destacou Oliveira (1988).

O MST, fundado em Cascavel/PR no ano de 1984, passa a praticar ocupações de forma sistemática em todas as regiões do estado do Paraná. A partir de 1990 o Noroeste irá se destacar pelo número de lutas, principalmente nos municípios de Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí e Marilena. Passam a ocorrer nesta região ocupações, despejos e violências generalizadas, inclusive com assassinatos de lideranças do Movimento (FABRINI; ROSS; MARQUES, 2007).

Segundo Serra (2009, p. 14), as ocupações de terra na mesorregião Noroeste do estado marcaram a atuação do MST fora da área de abrangência da Usina Hidroelétrica de Itaipu. A primeira ocupação na região foi à Fazenda 29 Pontal do Tigre, de propriedade do grupo Atalla, com uma área de 10.896 hectares no município de Querência do Norte. A partir de 1995 as ocupações de terras no Noroeste do Paraná se intensificaram, assim como a violência.

Na ocupação da Fazenda Saudade [Município de Santa Isabel do Ivaí], o Movimento enfrentou, pela primeira vez, a reação armada dos fazendeiros: após confronto, 17 trabalhadores saíram feridos e um deles – Pedro Lopes dos Santos – teve uma perna amputada (SERRA, 2009, p. 14).

A forte pressão dos fazendeiros não foi suficiente para frear a luta pela terra na região, segundo Serra (2009, p. 14) houve em 1996 oito ocupações de terras consideradas improdutivas, 17 em 1997, 25 em 1998 e 32 em 1999. No total foram registradas 88 ocupações entre 1995 e 2000, sendo 34 delas no município de Querência do Norte.

A organização dos camponeses se manifesta nas ocupações de terras por todo o território paranaense, a maioria desencadeadas pelo MST. Serra (2009, p. 14) destaca que entre 1988 e 2007 houve no estado 651 ocupações, o que correspondeu a 65% das ocupações ocorridas na região sul do país, que totalizou 1.012 ocupações no mesmo período.

Estes números tornam-se ainda mais expressivo quando os situamos no tempo, pois desde a criação do Movimento o cenário político do país sofreu acentuadas mudanças, principalmente passando do regime militar para a dita “Nova República” de caráter democrático, porém, a atuação do Estado contra os

camponeses sofreu pouca alteração. Prova disso são os números trazidos por Fernandes (2000a, p. 198) que retratam a violência contra os camponeses no período de 1985 a 1990, onde foram assassinados no Brasil 585 trabalhadores rurais, espantosamente durante 20 anos de ditadura militar foram assassinados 884. Isso mostra que a repressão ao Movimento não diminuiu na “Nova República”, pelo contrário, as perseguições aos integrantes dos movimentos sociais rurais se intensificaram.

O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso de Mello (1995-2002) entrou para a história pela ofensiva violenta sobre os movimentos, a maior expressão dessa violência foi o massacre de Eldorado do Carajás/PA, que resultou na morte de 19 camponeses.

Segundo Machado (2007) esta fúria repressiva exercida pelo Estado é compreensível ao passo que o movimento questiona as formas de propriedade e principalmente as políticas estatais que privilegiam a agricultura de exportação.

O autor também destaca que o MST é composto por camponeses expropriados, que lutam para retornar para a terra, logo não estão numa relação de embate direto com o capital, o que de certa forma limita a sua ação, pois só podem afetar a produção capitalista indiretamente. Esta situação é fundamentalmente diferente quando se trata do proletariado já consolidado, em que a relação capital-trabalho é imediata, ou seja, se os operários pararem de trabalhar o capitalista é afetado instantaneamente.

Portanto, provavelmente “o papel político mais importante exercido pelo movimento se encontra no questionamento jurídico-político do latifúndio, como também ao questionarem o favorecimento estatal ao agronegócio” (MACHADO, 2007, p. 149).

O MST mesmo sendo constantemente atacado, ora por fazendeiros que tiveram seus latifúndios ocupados, ora por lideranças políticas que por motivos diversos são contra a reforma agrária, vai reinventando estratégias de ação.

A luta dos camponeses é principalmente para conquistar uma fração do território, para entrar na terra que tem sido mantida improdutiva, voltada para reserva patrimonial, é lutar para conquistar autonomia, negando a condição de expropriado.

A importância da luta pela terra também já foi enfatizada por Fernandes (1996, p. 242) ao falar dos assentamentos de reforma agrária no estado de São Paulo em meados da década de 1990, onde 90% das conquistas de terras resultaram da ocupação de terras e apenas 10% de projetos do Estado. Isso mostra a importância da luta pela terra e pela reforma agrária.

No Paraná estas lutas criaram a possibilidade da territorialização camponesa, afinal a partir delas foram criados no estado 319 assentamentos rurais e assentadas 19.811 famílias, em uma área de 409.293 hectares, segundo os dados do INCRA de 2011.

Na tabela 02 destacamos os assentamentos rurais criados na mesorregião Noroeste do Paraná.

Tabela 02 – Assentamentos rurais na mesorregião Noroeste do Paraná (2011)

Município	N. de Projetos	N. de Famílias	Área do Projeto (ha)
Jardim Olinda	01	53	1.258,4500
Paranacity	01	22	256,0000
São João do Caiuá	01	40	726,0000
Mirador	01	29	617,7923
Amaporã	02	107	2.089,2043
Terra Rica	05	193	4.100,0088
Nova Londrina	01	29	685,1946
Marilena	03	107	2.512,5825
Planaltina do Paraná	02	208	3.536,2816
Santa Mônica	01	37	1.256,0000
Mariluz	01	235	5.758,3000
Querência do Norte	10	839	20.259,9416
Santa C. M. Castelo	04	158	3.496,3618
Icaraíma	02	38	881,8100
Xambê	01	20	330,8140
Total	36	2.115	47.764,7400

Fonte: INCRA (2011). Org. ZENERATTI (2012).

Por meio dos números expressos na tabela 02 podemos observar que a mesorregião Noroeste é um território construído mediante constantes lutas por terra. O município de Querência do Norte é o que apresenta o maior número de assentamentos (10) e também o maior número de famílias assentadas (839). No total há na região 36 projetos de assentamentos e 2.115 famílias assentadas, a área total dos projetos é de mais de 47 mil hectares. Em outros termos, isso mostra a territorialização da luta pela reforma agrária, concretizada na conquista de frações do território pelos camponeses.

Por outro lado, revela a presença de grandes grilos formados durante o período de ocupação e colonização, segundo Westphalen (1968) na mesorregião Noroeste existiram constantes problemas de terras, em diversos municípios, especialmente, porque grande parte das negociações não privilegiavam os moradores das zonas próximas das glebas recém-abertas. A apropriação territorial desta região foi marcada por fraudes de documentos para legitimar as terras apropriadas ilegalmente, somada a violência usada como artifício para expulsar posseiros, “via de regra, com o concurso de jagunços, pistoleiros de ofício” (WESTPHALEN, 1968, p. 26).

Portanto, os conflitos na mesorregião Noroeste do Paraná datam a colonização, entretanto seus reflexos ainda são sentidos no território, pois sua formação foi assentada em artimanhas ilícitas, facilitada pela complexidade da região, que dispunha no período de muitas terras devolutas (posse do estado), presença de grileiros e posseiros.

A partir da formação de uma estrutura de acesso privado às terras, os proprietários passaram a expulsar os posseiros e a lutar contra os grileiros, pois ao compra-las não conseguiam fazer uso, uma vez que eram griladas. O governador do estado Bento Munhoz da Rocha (1951-1955) tentou resolver estes conflitos fazendo medições e transferindo os posseiros para outras áreas (PERISSATTO, 2009).

Porém, quando o governador Moisés Lupion assumiu o governo do estado em 1956 (ele já havia governado o estado em 1947) os conflitos se acentuaram,

sobretudo pela prática fraudulenta de doar terras aos seus “amigos”. Os grileiros voltaram a atacar os posseiros e a expulsá-los, também se agravaram os conflitos entre proprietários e grileiros, pois terras antes devolutas e griladas passaram a ser privadas após as doações. Legalmente os beneficiados pelo governador eram reconhecidos como legítimos proprietários e tinham a prerrogativa de fazer o que lhes conviessem com elas, muitos vendiam para empresas de colonização (PERISSATTO, 2009).

As empresas que atuaram na região adotaram o procedimento de partilha territorial privilegiando o acesso a estradas nos espigões e a cursos d’água nos fundos de vales, os lotes rurais eram de aproximadamente 24 hectares, variando minimamente dependendo da empresa colonizadora. Segundo Serra (2010) a organização do espaço seguiu o modelo já consagrado na região norte, de atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), privilegiando a pequena propriedade.

Os compradores eram principalmente provenientes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que iniciaram plantando café. Também houve uma migração para a região de nordestinos, para trabalharem para os sulistas na retirada da mata (PERISSATTO, 2009).

Para Serra (2010) a construção do espaço geográfico do Noroeste paranaense não é destoante dos processos verificados nas demais regiões, em especial a região Norte, principalmente pelo papel do mercado no direcionamento da produção rural.

Com algumas diferenças por conta do período de ocupação, da origem dos ocupantes, da empresa responsável pela colonização, e de características físicas locais, pode-se afirmar que o Noroeste do Paraná teve o mesmo processo de ocupação humana, de repartição das terras e de seu uso econômico, sempre seguindo as tendências e o comportamento do mercado (SERRA, 2010, p. 108).

A exploração agrícola foi inicialmente pautada no cultivo do café, porém, a partir da década de 1970 o Noroeste paranaense passa também, a exemplo das demais regiões do Paraná, por mudanças no modo de produzir. As novas políticas agrícolas passam a privilegiar a substituição dos cafezais por culturas temporárias, imprimindo novos arranjos espaciais à região.

Estas culturas passam a ser distribuídas seguindo as características físicas dos solos, embora não exclusivamente, pois como destaca Paulino (2006) existem outros fatores que interferem na opção por determinadas culturas, como por exemplo, o mercado, o tamanho da propriedade e a mão de obra.

Segundo Maack (1981), na mesorregião Noroeste há ocorrência do Arenito Caiuá (série São Bento) e de rochas eruptivas como o basalto, resultado dos últimos derrames de lava do período Jurássico, na era Mesozóica. Estas rochas formam solos distintos, as eruptivas básicas formam solos argilosos, enquanto as do arenito formam solos com baixos e médios teores de argila. Esses materiais, de constituição diversa, vão influenciar diretamente na formação dos solos, que apresentam variações, especialmente nas propriedades químicas. Em outras palavras, os solos provenientes do basalto tendem a serem mais férteis do ponto de vista agrícola do que os solos do arenito, como salientou Haracenko (2002).

Segundo Serra (2010), o Noroeste do Paraná após o declínio da cafeicultura foi ocupado nas regiões de domínio dos solos sobre o basalto pelas culturas de soja, trigo e milho, enquanto os solos sobre o arenito foram ocupados pelas lavouras de

algodão e pastagens plantadas, tendo em vista a criação de gado de corte como atividade predominante.

Esta nova ordem político-econômica, de escala nacional, alterou a dinâmica regional, porém, é a partir de meados da década de 1985 que os contornos atuais começaram a serem traçados, sobretudo com o avanço das lavouras de cana de açúcar na região.

Este cenário, segundo Serra (2010), foi estimulado a partir da criação em 1975 do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), com o objetivo de diminuir a dependência que o Brasil tinha em relação ao petróleo e aos países produtores. Na mesorregião Noroeste isso carreou recursos subsidiados tanto para a formação de canaviais quanto para a implantação de usinas sucroalcooleiras.

A partir disso, podemos observar na tabela 03 que há uma concentração da produção canavieira no Noroeste, que obteve na safra 2011/2012 uma produção correspondente a 50% do montante produzido no estado.

Tabela 03 – Produção de cana de açúcar no Paraná por núcleo regional (2012)

Núcleo Regional	Produção				
	2010/11 t	Participação %	2011/12 t	Participação %	Variação %
APUCARANA (c)	1.440.000	3	1.496.000	3	4
CAMPO MOURÃO (a)	1.622.075	3	1.925.000	4	19
CASCAVEL (d)	53.799	0	51.175	0	-5
CORNÉLIO PROCÓPIO (c)	3.511.950	7	3.690.000	7	5
CURITIBA (f)	22.138	0	23.650	0	7
FRANCISCO BELTRÃO (e)	48.520	0	63.000	0	30
GUARAPUAVA (f)	2.915	0	2.525	0	-13
IRATI (f)	0		0		
IVAIPORÃ (c)	968.851	2	943.388	2	-3
JACAREZINHO (c)	5.222.730	10	4.913.765	10	-6
LARANJEIRAS DO SUL (f)	9.900	0	11.263	0	14
LONDRINA (c)	3.441.184	7	4.075.313	8	18
MARINGÁ (c)	8.320.000	17	8.580.000	17	3
PARANAGUÁ (f)	17.500	0	16.000	0	-9
PARANAVÁI (b)	10.022.630	20	11.327.918	22	13
PATO BRANCO (e)	67.600	0	6.800	0	-90
PONTA GROSSA (f)	26.905	0	0		
TOLEDO (d)	77.920	0	74.750	0	-4
UMUARAMA (b)	14.960.935	30	14.500.000	28	-3
UNIÃO DA VITÓRIA (f)	8.925	0	9.053	0	1
CENTRO-OESTE (a)	1.622.075	3	1.925.000	4	19
NOROESTE (b)	24.983.565	50	25.827.918	50	3
NORTE (c)	22.904.715	46	23.698.466	46	3
OESTE (d)	131.719	0	125.925	0	-4
SUDOESTE (e)	116.120	0	69.800	0	-40
SUL (f)	88.283	0	62.491	0	-29
TOTAL	49.846.477	100	51.709.600	100	4

Fonte: SEAB/DERAL (2012). Org. ZENERATTI (2012).

Segundo Serra (2010) essa distribuição espacial dos canaviais acontece principalmente por dois motivos: primeiro a grande concentração de usinas na região, que reduz custos com transportes; depois o comportamento do mercado, que vem ao longo dos anos favorecendo o aumento da produção.

Segundo o último Censo Agropecuário (IBGE, 2006) em 2006 o Paraná havia produzido 33.917.335 toneladas de cana, produção que apresentou significativo aumento até a safra de 2012, que produziu 51.709.600 toneladas. A área colhida também apresentou aumento, passando de 399.528 hectares em 2008 para 647.836 hectares em 2010, segundo o Departamento de Economia Rural do Paraná (DERAL).

A partir destes dados é oportuno esclarecer que Paranacity, onde se insere nossa área de estudo, faz parte da Regional de Paranavaí, que apresenta 20% da produção de cana de açúcar do estado, em termos quantitativos esta regional é responsável pela produção de 11.327.918 toneladas de cana de açúcar, em uma área plantada de 131.400 hectares.

A economia do município de Paranacity é bastante dependente da atividade agropecuária. Em relação à lavoura, o destaque é justamente para a cana de açúcar, que em 2009 teve uma área colhida de 10.747 hectares, como pode ser observado na tabela 04.

Tabela 04 – Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola no município de Paranacity (2009)

Produto	Área colhida (Ha)	Produção (T)	Rendimento médio (Kg/Ha)	Valor (R\$1.000,00)
Borracha (látex líquido)	13	20	1.538	35
Café (em côco)	15	07	467	25
Cana-de-açúcar	10.747	1.054.000	98.074	47.430
Feijão	80	79	988	71
Laranja	19	475	25.000	119
Mandioca	150	4.300	28.667	473
Milho	612	1.934	3.160	445
Soja	985	1.724	1.750	1.293
Tangerina	01	19	19.000	08
Tomate	01	30	30.000	30
Urucum (semente)	600	630	1.050	1.638
Uva	01	08	8.000	05

Fonte: IPARDES (2011, p. 05).

Segundo o Censo agropecuário de 2006 existem no município 336 estabelecimentos agropecuários, havendo uma predominância quanto aos dedicados à pecuária com 165 estabelecimentos e uma área plantada de 13.833 hectares. Com isso, a atividade rural do município está assentada, sobretudo na produção de cana de açúcar e na pecuária, uma vez que estas duas atividades ocupam a maior parcela das terras agrícolas, seguidos pelas lavouras permanentes com 62 estabelecimentos e uma área de 1.596 hectares.

Outra característica relevante do município de Paranacity é a organização dos trabalhadores rurais, que não destoa do restante da mesorregião Noroeste, principalmente pela presença ativa dos movimentos sociais. Esta organização tem levado a mudanças socioeconômicas, políticas e territoriais que extrapolam os

números das estatísticas oficiais, seja devido ao grande número de famílias assestadas, um total de 2.115, organizadas em 36 assentamentos, que conferem dinamicidade a economia das sedes municipais, ou em virtude da singularidade da organização produtiva dos assentados, principalmente em Paranacity que a COPAVI é considerada referência.

A ocupação e colonização de Paranacity seguiu o modelo adotado em grande parte da mesorregião Noroeste, ou seja, o parcelamento das terras por empresas privadas, tal empreitada foi realizada pela Imobiliária Progresso LTDA, sediada no município de Apucarana-PR, que em 1940 demarcou e loteou as terras do patrimônio, colocando à venda lotes urbanos e rurais.

Em 1951 já havia no patrimônio um comércio ativo e a procura por lotes rurais seguia crescendo paulatinamente, até que em 1953 foi elevada à condição de distrito de Nova Esperança-PR. Em Novembro 1954, de acordo com a Lei estadual Nº 253/54 passou à categoria de município e sua instalação deu-se no dia 04 de Dezembro de 1955, com a posse de seu primeiro prefeito eleito.

A área do município é de 348,170 km², com população de 10.256 habitantes sendo que destas 781 vivem no campo (7,62%) (IBGE, 2010). A densidade demográfica é de 29,44 hab/km² e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) é de 0,742. Limita-se com os municípios de Paranapoema, Colorado, Lobato, Inajá e Cruzeiro do Sul, com altitude de 460m (IPARDES, 2011, p. 03).

Segundo Arana e Baldassi (2009) o clima predominante em Paranacity é o subtropical, mesotérmico úmido, com estiagem no inverno, geadas pouco frequentes, com tendência à concentração das chuvas nos meses de verão. Os solos são provenientes da formação Arenito Caiuá, que apresenta textura arenosa.

Não somente Paranacity, mas a mesorregião Noroeste do Paraná, apresenta características naturais específicas, destaca-se com maior relevância o solo, não desconsiderando a relação complexa de elementos que são responsáveis pela formação da paisagem, mas do ponto de vista agrícola o solo acabou direcionando a distribuição espacial das culturas no interior da região.

Soma-se ainda, o direcionamento da política econômica privilegiando determinadas culturas em detrimento a outras, que transformam o território uma vez que alteram as relações produtivas. Pois, como assevera Oliveira (1995, p. 27) “são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração específica ao território”.

A LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO RURAL COLETIVO SANTA MARIA

Como expressão da luta camponesa na mesorregião Noroeste do estado do Paraná, propomos resgatar a história de enfrentamento à ordem capitalista excludente, vivenciada pelos camponeses do Assentamento Rural Coletivo Santa Maria, mais conhecido como COPAVI. Principalmente na luta contra o latifúndio e as estratégias de legitimação social adotadas pelos assentados.

O Assentamento está localizado na mesorregião Noroeste do estado do Paraná, no município de Paranacity, que faz parte da Microrregião Geográfica de Paranaíba. Distante apenas 600 metros da sede do município, na rodovia PR-464, que faz ligação à cidade de Inajá.

A área de 252 hectares que hoje pertence ao assentamento foi desapropriada em 1988 por ser considerada improdutivo, ou seja, o proprietário não

estava observando o preceito constitucional do cumprimento da função social da terra, com isso a fazenda que se chamava Santa Maria foi destinada para fins de reforma agrária.

Porém, da desapropriação ao início da efetiva ocupação da área se passaram cinco anos. Durante este período seu proprietário a arrendou à usina Santa Terezinha para o plantio de cana de açúcar, com o objetivo de seguir auferindo renda e, ao mesmo tempo, dificultar a ocupação das terras segundo os preceitos da reforma agrária.

Ao tomar conhecimento da desapropriação, bem como das tentativas do fazendeiro de ocultar a improdutividade por meio do arrendamento à referida empresa sucroalcooleira, o MST ocupou-a no dia 19 de Janeiro de 1993.

Participaram desta ocupação 25 famílias, oriundas basicamente das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Após a chegada encontraram no local alguns barracos de lona de moradores da cidade que pleiteavam a propriedade da fazenda, mas não estavam residindo ou plantando no local, como relatado por um dos assentados, “não houve conflito diretamente com os moradores da cidade, porque eles não estavam aqui, só tinha barracos, então só se derrubou os barracos” (Entrevistado Sr. I.).

Segundo Fernandes (2000b, p. 74), o tipo de ocupação ocorrido na Fazenda Santa Maria pode ser considerado como “ocupação de uma área determinada”, que é caracterizada pela definição da quantidade de famílias mobilizadas para a ação condicionada pelo tamanho da área. Como neste caso era pequena, conseqüentemente vieram poucas famílias. Esta forma de ocupação tem o objetivo de conquistar a terra, mas não de assentar todas as famílias no local, as remanescentes partem para novas lutas.

Após a ocupação, a usina foi avisada para retirar a cana que estava plantada, fato que não ocorreu. Diante disso, vieram cerca de 400 integrantes do MST de diversas regiões do estado para ajudar no corte, toda a produção foi empilhada na margem da estrada à espera da usina, que também não veio buscá-la levando a perda da produção.

Este primeiro momento é lembrado por muitos assentados como um dos mais difíceis para a concretização do assentamento, principalmente pela falta de recursos para preparar a terra e iniciar o plantio. Segundo o relato de um assentado (entrevistado Sr. C.) este período foi “o mais difícil, tinha que cortar a cana, tirar tudo no braço, arrancar as touceiras e só depois começar a plantar. Começamos com pasto e mandioca”.

As dificuldades nesse primeiro momento não foram exclusivamente de ordem interna, já que o poder público local colocou-se claramente contra a formação de um assentamento do MST no local. A população da cidade também não conhecia a proposta do movimento e os via como arruaceiros, em regra interpretando a ação como de invasão de terra produtiva, uma vez que não fora dado amplo conhecimento da desapropriação da área e do próprio ilícito do arrendamento.

Esta resistência da população se inscreve em um contexto de defesa incondicional da propriedade em nome dos interesses de uma classe, contudo ideologicamente inculcados, como se tratasse de princípio inalienável do pacto civilizatório. Trata-se, portanto de uma situação reveladora de um conflito instaurado em torno de duas formas distintas de apropriação da terra, aquela cujo fim é o negócio e aquela cujo fim é o trabalho, distinções claramente evidenciadas por Prado Júnior (1981), Martins (1994) e Oliveira (2003), entre outros.

Eis assim uma das melhores expressões do que concebemos por disputa territorial, dados os dois ingredientes fundamentais, base material de recursos e relações de poder em jogo. Como destaca Fernandes (2000b, p. 67), “os sem terra ocupam terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. Ocupam latifúndios – propriedades capitalistas – terras de negócio e exploração – terras devolutas e/ou griladas”.

No caso em questão, conseguiram triunfar. Após a ocupação as famílias organizaram um acampamento no local na intenção de resistir e pressionar o poder público para a criação do assentamento. A ocupação e o acampamento são as principais estratégias de luta dos trabalhadores sem terra.

São os trabalhadores desafiando o Estado, que sempre representou os interesses da burguesia agrária e dos capitalistas em geral. Por essa razão, o Estado só apresenta políticas para atenuar os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão dos trabalhadores (FERNANDES, 2000b, p. 62).

O acampamento é um momento transitório para se chegar ao assentamento, normalmente caracterizado por privações de toda ordem, como condições inadequadas de moradia, alimentação, saneamento, educação, segurança, enfim ingredientes indispensáveis à dignidade humana e resguardados constitucionalmente a toda pessoa humana.

Porém, a concretização do assentamento não significa o fim imediato destas privações, para superá-las somente com incansáveis lutas, tanto no plano interno, com a organização da produção, quanto no plano externo, na imposição dessas demandas para a agenda do Estado, que deverá amenizá-las por meio de políticas públicas. No Assentamento Rural Coletivo Santa Maria não foi diferente, uma assentada conta que “no início do assentamento a vida era muito difícil, quem ajudou foi o Movimento, os amigos do Movimento, eles nos ajudavam com comida e outros produtos, depois que veio os recursos do governo” (entrevistada Sra. T.).

Como se pode observar, a sustentação do movimento social se constitui no interior de uma rede política, na qual o apoio material não comparece como auxílio, senão como estratégia de fortalecimento que atua a partir do ponto mais frágil, o plano das necessidades imediatas, dado que se não forem satisfeitas, não há como prosseguir na luta.

As formas de apoio às ocupações de terras são diversas, resultam do trabalho de base realizado pelo MST e por outras organizações. Muitas vezes prefeituras cedem ônibus para o transporte dos sem terra, as famílias assentadas contribuem doando alimentos cultivados por eles, caminhões e tratores para o primeiro plantio nas terras ocupadas (FERNANDES, 2000b).

Esse é o contexto da constituição do Assentamento Rural Coletivo Santa Maria, fundado em Julho de 1993. Fruto da luta para entrar na terra, que posteriormente, adquiriu outra centralidade: que tipo de assentamento implantar no local. A questão era optar entre assentamento coletivo ou individual, sendo o primeiro caracterizado pela posse coletiva dos meios de produção, inclusive a terra, e no segundo caso, na propriedade dividida entre as famílias, cada uma recebendo um lote.

Considerando que o solo, além de sua fragilidade natural por ser arenoso, estava empobrecido pelo cultivo da cana de açúcar se optou pelo coletivo. O posicionamento ideológico do movimento também contribuiu para esta escolha, sobretudo porque neste período estavam latentes os debates sobre produção

coletiva nos assentamentos. A fala de outro assentado que participou destas discussões, deixa claro esta inclinação: “se buscava e achava mais viável desenvolver o assentamento através de cooperativa, também pelos problemas de solo e por ser perto da cidade” (entrevistado Sr. C.).

Inicialmente o assentamento foi composto por 16 famílias. Como não era regra que as famílias envolvidas na ocupação fossem assentadas no local, o movimento realizou uma sondagem pelo estado do Paraná buscando pessoas interessadas em ingressar no projeto. Segundo a entrevistada Sra. T., que desde 1989 estava acampada em Guarapuava/PR, “os critérios eram basicamente ser sem terra e ter afinidade com a proposta coletiva”, ela e sua família chegaram ao assentamento no início do ano de 1992.

Passados os primeiros percalços da instalação do assentamento coletivo, foi possível acessar os recursos do Programa de Crédito Especial à Reforma Agrária (PROCERA) que foi determinante para a consolidação do projeto.

O PROCERA foi criado em 1985 pelo Conselho Monetário Nacional e extinto em 1999, tinha como objetivo viabilizar a produção nos assentamentos de reforma agrária. Por meio do programa era possível acessar até R\$ 7.500,00 para investimentos e mais R\$ 2.000,00 para custeio da lavoura. Para começar a pagar os assentados tinham dois anos de carência e depois mais cinco anos para concluir o pagamento. Segundo um dos assentados, “embora o valor não fosse muito, ajudou bastante” (entrevistado Sr. C.). A fala do assentado demonstra o papel importante que as políticas públicas exercem sobre o território, principalmente em momentos-chaves como são os primeiros passos para a concretização de um assentamento.

Os problemas do assentamento não se restringiam apenas à esfera econômica e/ou produtiva, mas compreendia uma dimensão territorial maior, em face do impacto do assentamento para o município de Paranacity e o entorno mais imediato. Se problemas internos como a falta de recursos iniciais, o trabalho necessário para retirar a cana e depois preparar a terra, a construção das moradias, paulatinamente, puderam ser resolvidos, seja por meio das políticas públicas ou pela solidariedade existente entre os sem terra, o mesmo não pode ser dito acerca de desafios externos ao assentamento, especificamente a sua legitimação social.

Para tanto, alcançar a legitimação social do assentamento como última etapa do processo de luta pela terra, foi necessário romper com o estigma construído para minar a luta pela reforma agrária, e que se baseia no pressuposto de que os sem terra são indolentes e oportunistas, envolvendo-se na seara apenas com o fim de “ganhar” a terra para benefício próprio e comercialização futura. Era necessário externalizar o princípio máximo da reforma agrária, que é a apropriação da terra enquanto meio de trabalho e de vida.

Segundo um dos assentados (entrevistado Sr. C.) as estratégias adotadas foram distintas, uma delas era realizar suas compras sempre a vista, embora não fossem muitas eram frequentes, para com isso ganhar a confiança das pessoas. Como a produção da cooperativa ainda não atendia todas as necessidades das famílias muitos trabalhavam fora do assentamento, como temporários na lavoura, pedreiros, serventes e outros, sempre se dedicando ao máximo, “pois a população achava que a gente era tudo vagabundo, então trabalhando bastante ia mudando essa visão”.

Afora a dimensão do trabalho, investiu-se também em elementos de sociabilidade capazes de favorecer a legitimação social: o esporte. Os jovens organizaram um time de futebol para participar dos torneios locais, que são uma das atividades que mais agregam em cidades pequenas, dada a limitação do acesso às

atividades de lazer. Aos poucos, foram se notabilizando, tendo muitas vezes recebido o título de equipe mais disciplinada.

A legitimação social buscada pelos assentados visa situa-los no espaço comunitário, o sentimento de pertencimento não se traduz meramente por meio da inserção econômica, mas, sobretudo, por construir entre os assentados as mesmas características inerentes ao campesinato, as quais os camponeses encontram nas relações de vizinhança um dos sustentáculos para sua condição camponesa.

Notamos que as estratégias adotadas para concretizar o assentamento permitiram que, aos poucos, a comunidade fosse conhecendo os assentados e as dificuldades inerentes a essa condição, operando-se um processo de aproximação que fez os preconceitos ideologicamente plantados sucumbir. Atualmente o assentamento é visto como mais uma unidade produtiva no município, não havendo qualquer restrição aos seus sujeitos.

Nesse contexto, novas lutas emergem: agora o desafio dos assentados é fazer com que mais trabalhadores sem terra tenham acesso a ela, e para isso contribuem participando ativamente das lutas organizadas pelo MST. Muitos já participaram de bloqueios à pedágios, ocupação de prédios públicos e de terras, pois entendem que a luta não pode parar pelo simples fato de alguns terem conseguido a terra. Portanto, o Assentamento Rural Coletivo Santa Maria é mais uma pequena frente de lança que mantém viva a luta pela reforma agrária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro, sustentado na concentração fundiária, possibilitou que a propriedade da terra se mantivesse estável nas mãos de uma classe que historicamente se tornou hegemônica, com isso, a luta pela reforma agrária representou um caminho na contra mão aos interesses dessa classe.

O MST foi o maior responsável pela espacialização e territorialização da luta pela terra, logo não podemos deixar de ressaltar sua importância, pois se alguma reforma agrária esta ocorrendo é fruto da luta cotidiana destes homens, mulheres e crianças.

Neste sentido, os 36 assentamentos rurais criados na mesorregião Noroeste são frações do território conquistado, onde há possibilidade dos camponeses se realizarem como sujeitos, como classe, e (re)criarem condições para sua reprodução. Em síntese, a territorialização camponesa demonstra, renega e coloca em movimento a ordem hegemônica, pois são sujeitos que para existirem como classe necessitam do controle da terra de trabalho. Portanto, seguem em luta, mesmo após a conquista da terra.

Este trabalho, como parte de uma pesquisa maior, não tem a pretensão de compreender todas as relações que caracterizam a dinâmica socioespacial da COPAVI e seu entorno, afinal assim é a ciência, mas contribui na tentativa de conhecer o território e as disputas que o transformam constantemente.

Foi possível identificar que para o campesinato assentado a posse da terra significa a reconstrução de um modo de vida, estranho ao uso da terra como negócio, pois para os camponeses ela possui outro caráter: é terra de trabalho, como destaca Martins (1983). Portanto, a aceitação da população local tornou-se essencial para a manutenção das famílias.

Mas, como se não bastasse a interdição historicamente legada aos trabalhadores do campo, a dificuldade era duplicada, afinal não se tratavam de

apenas camponeses, mas de sujeitos aglutinados em um movimento social satanizado pela burguesia. Entretanto, como tal, foram capazes de superar esta condição, certamente as estratégias de legitimação social adotadas por eles foram determinantes. Não é possível mensurar em que medida cada uma delas contribuiu para a aceitação local, mas o esforço no trabalho, o pagamento a vista das mercadorias adquiridas no comércio local e a participação nos eventos esportivos, foram estratégias importantes para mudar a concepção da população local sobre a criação do assentamento.

Atualmente o sofrimento por eles vivenciado são apenas lembranças presentes na memória, que segundo os próprios assentados, não devem ser esquecidas, pois mostram aos mais jovens do que eles são capazes. Mas, credito ser oportuno deixar o próprio camponês falar: “não é bom esquecer o que sofremos, porque é sabendo disso que nós podemos mostrar para nossos filhos como somos fortes se a gente ficar junto” (Sr. C).

REFERÊNCIAS

ARANA, A. R. A; BALDASSI, G. A reserva legal no Paraná e os desafios à sua Implantação: um estudo sobre os produtores rurais no município de Paranacity-Pr. **GEOUSP, Espaço e Tempo**. São Paulo. n. 23, p. 79-91, 2009.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COPAVI – COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA. **Estatuto da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória**. Paranacity-Pr. 2009.

FABRINI, J.E; ROSS, D; MARQUES, E.B. A espacialização da luta pela terra no Paraná. **Espaço Plural**. Ano VIII. n. 16. p. 33-41. Primeiro semestre, 2007.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000a.

_____. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**. São Paulo, n 15, p. 59-85, 2000b.

_____. **MST, formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

GOMES, I. Z. **1957: a revolta dos posseiros**. 3 ed. Curitiba: Criar Edições, 2005.

HARACENKO, A. A. S. **Querência do Norte: uma experiência de colonização e reforma agrária no noroeste do Paraná**. Maringá: Massoni, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/> > Acesso em: 03 Nov. 2011.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/> > Acesso em: 10 Jan. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Jornal do INCRA**. n. 02. Dez. 2010.

_____. **Identificação dos Projetos de Reforma Agrária.** 2011. Disponível em:<<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>> Acessado em: 10 Maio 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno estatístico do município de Paracity.** 2011. Disponível em: <www.ipardes.gov.br> Acesso em: 28 Nov. 2011.

MAACK, R. **Geografia física do estado do Paraná.** Curitiba: Secretaria da cultura e do esporte do governo do Paraná, 1981.

MACHADO, E. MST: dilemas políticos e ideológicos do acesso à terra. **Ponto-e-vírgula**, v. 1, p. 139-153, 2007.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta.** São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**. ano 19. v. 2, n. 21, p. 113-156. Jul/Dez. 2003.

_____. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de Geografia**. n. 25, p. 15-58, 1995.

_____. **A geografia das lutas no campo.** São Paulo: Contexto, 1988.

PAULINO, E. T. Estrutura fundiária e dinâmica socioterritorial no campo brasileiro. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 111-128, set./dez. 2011.

_____. **Por uma geografia dos camponeses.** São Paulo: UNESP, 2006.

PERISSATTO, E. B. **Projetos de reforma agrária no noroeste do Paraná: disparidades estruturais e impactos locais.** 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil.** 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular.** 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SERRA, E. Colonização, uso da terra e conflitos rurais no Paraná In: **Anais do Encontro de Geógrafos da América Latina – EGAL.** 2009. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area06/6246_Serra_Elpidio.pdf> Acessado em: 23 Mar. 2012.

_____. Noroeste do Paraná: o avanço das lavouras de cana e a nova dinâmica do uso do solo nas zonas de contato arenito-basalto. **Campo território**. v. 5. n. 9. p. 89-111. Fev. 2010.

WESTPHALEN, C. M. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná–Departamento de História**. Curitiba: UFPR, nº 7 p. 1-51, 1968.

ZENERATTI, F. L. **O assentamento rural coletivo COPAVI: contradições e avanços no processo de territorialização camponesa**. 2012. 158f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

Artigo submetido em: 06/04/2014

Aceito para publicação em: 29/03/2015

Publicado em: 22/04/2015